

Direito Tributário



O GEN | Grupo Editorial Nacional – maior plataforma editorial brasileira no segmento científico, técnico e profissional – publica conteúdos nas áreas de ciências sociais aplicadas, exatas, humanas, jurídicas e da saúde, além de prover serviços direcionados à educação continuada e à preparação para concursos.

As editoras que integram o GEN, das mais respeitadas no mercado editorial, construíram catálogos inigualáveis, com obras decisivas para a formação acadêmica e o aperfeiçoamento de várias gerações de profissionais e estudantes, tendo se tornado sinônimo de qualidade e seriedade.

A missão do GEN e dos núcleos de conteúdo que o compõem é prover a melhor informação científica e distribuí-la de maneira flexível e conveniente, a preços justos, gerando benefícios e servindo a autores, docentes, livreiros, funcionários, colaboradores e acionistas.

Nosso comportamento ético incondicional e nossa responsabilidade social e ambiental são reforçados pela natureza educacional de nossa atividade e dão sustentabilidade ao crescimento contínuo e à rentabilidade do grupo.

*Método
de estudo*

OAB

Eduardo Sabbag

Direito Tributário

2^a
edição

revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 04.09.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S118d

Sabbag, Eduardo

Direito tributário / Eduardo Sabbag. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. (Método de estudo OAB)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8164-8

1. Direito tributário. 2. Direito tributário – Brasil – Problemas, questões, exercícios. 3. Ordem dos Advogados do Brasil – Exames. I. Título. II. Série.

18-52500

CDU: 34:351.713



Apresentação da Coleção

O Grupo Editorial Nacional – Editora Método tem o prazer de apresentar a *Série Método de Estudo OAB*, dando continuidade à sua tradição na preparação de candidatos ao Exame da Ordem.

Utilizando os mais modernos recursos didáticos, a *Série* fornece ao leitor um verdadeiro método de aprendizagem, com todas as ferramentas necessárias para a compreensão da matéria e para a fixação dos pontos mais importantes.

Todo o conteúdo foi elaborado por autores com ampla experiência no ensino para provas da OAB e está atualizado com as mais recentes tendências do Exame da Ordem.

Os livros da *Série* apresentam os seguintes ícones:



Roteiro de estudos

Presente em cada capítulo, o **roteiro de estudos** serve como um guia, apontando os itens mais relevantes de cada matéria e permitindo que o estudante acompanhe sua evolução na disciplina, ao marcar os tópicos já estudados. Na mesma linha, o sumário do livro possui um espaço antes de cada capítulo para que o leitor possa marcar os que já foram vistos, ajudando-o na organização dos seus estudos.



Tempo médio
de estudo: **20 min.**

Recurso que auxilia o planejamento do **horário** de estudo, permitindo um cálculo aproximado do tempo a ser dedicado a cada capítulo.



Legislação

Destaque para as fontes normativas pertinentes ao capítulo, para que o leitor possa relacionar a doutrina e a legislação sobre cada matéria.



Doutrina

De forma didática e objetiva, a **doutrina** relativa ao tema estudado proporciona o embasamento necessário para a resolução das questões do Exame da OAB.



Destaques para informações importantes que apontam as tendências e particularidades da matéria na prova da OAB.



Saiba mais

Por meio de QR Codes, são disponibilizados vídeos de curta duração, em que os autores trazem resumos, dicas e atualizações sobre a disciplina.



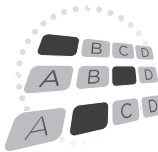
Quadros sinóticos

Os principais pontos do tema estudado estão esquematizados em quadros sinóticos, de forma a facilitar a memorização.



Questões objetivas

Além disso, para ajudar na fixação do conteúdo, há **questões da OAB** relativas à matéria e, ao final, uma folha de questões para preenchimento.



Gabarito comentado

Há, também, **comentários dos autores** às questões da OAB, com a indicação da resposta correta e um gabarito ao final para conferência.



Sumário

()	CAPÍTULO 1 – Direito Tributário	1
1.1.	Introdução.....	3
1.2.	Limitações constitucionais ao poder de tributar.....	3
1.3.	Princípios constitucionais tributários.....	3
1.3.1.	Princípio da legalidade tributária	3
1.3.2.	Exceções ao princípio da legalidade tributária.....	4
1.3.3.	Princípio da anterioridade tributária	5
1.3.3.1.	Exceções ao princípio da anterioridade anual.....	5
1.3.3.2.	Exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal	6
1.3.4.	Os reflexos da EC n.º 32/2001 nos princípios da legalidade e anterioridade	6
1.3.4.1.	Confronto da EC n.º 32/2001 com o princípio da legalidade tributária.....	7
1.3.5.	Princípio da irretroatividade tributária	7
1.3.6.	Princípio da igualdade ou isonomia tributária	8
1.3.6.1.	Princípio da interpretação objetiva do fato gerador	8
1.3.6.2.	Princípio da capacidade contributiva	8

1.3.7.	Princípio da vedação ao confisco	10
1.3.7.1.	Confronto entre o confisco e a multa.....	10
1.3.8.	Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens	10
1.3.9.	Princípio da uniformidade geográfica	11
1.3.10.	Princípio da não cumulatividade	11
1.3.10.1.	Repercussão tributária	11
()	CAPÍTULO 2 – Imunidades Tributárias	19
2.1.	Definição	21
2.2.	Espécies de imunidades.....	21
2.2.1.	Imunidade recíproca.....	21
2.2.2.	Imunidade para templos de qualquer culto.....	22
2.2.3.	Imunidades para partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e entidades de assistência social.....	22
2.2.3.1.	Análise da alínea c, parte final – Expressões “sem fins lucrativos” e “atendidos os requisitos de lei”	23
2.2.3.2.	Análise do art. 150, § 4.º, da CF, em confronto com a alínea c	24
2.2.4.	Imunidades para livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	24
2.2.5.	Imunidades para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil e para seus suportes materiais ou arquivos digitais	25
()	CAPÍTULO 3 – Sistema Tributário Nacional	31
3.1.	Definição de tributo	33
3.1.1.	Prestação pecuniária	33
3.1.2.	Prestação compulsória.....	33
3.1.3.	Prestação diversa de sanção	33
3.1.4.	Prestação instituída por lei.....	34
3.1.5.	Prestação cobrada por lançamento	34
3.2.	Competência tributária	34
3.2.1.	Detalhando a classificação da competência tributária	35

3.2.1.1.	Competência privativa	35
3.2.1.2.	Competência comum	35
3.2.1.3.	Competência cumulativa	35
3.2.1.4.	Competência especial	36
3.2.1.5.	Competência residual	36
3.2.2.	Competência extraordinária	36
()	CAPÍTULO 4 – Espécies de Tributos	41
4.1.	Teoria pentapartida e teoria tripartida	43
4.2.	Imposto	43
4.3.	Taxa	44
4.3.1.	Taxa de polícia	45
4.3.2.	Taxa de serviço	45
4.3.3.	Informações complementares sobre taxas	45
4.3.3.1.	Base de cálculo	45
4.3.3.2.	O confronto taxa <i>versus</i> tarifa	46
4.3.3.3.	Análise dos pedágios	46
4.4.	Contribuição de melhoria	47
4.4.1.	Conceito e aspectos gerais	47
4.4.2.	O fato gerador	48
4.4.3.	A base de cálculo	48
4.4.4.	Os limites da cobrança	48
4.4.5.	Os requisitos mínimos para a cobrança	48
4.5.	Empréstimo compulsório	49
4.5.1.	Conceito e aspectos gerais	49
4.5.2.	Os pressupostos autorizativos	49
4.5.3.	O tributo e o princípio da anterioridade	50
4.5.4.	O fato gerador	50
4.6.	Contribuições	51
4.6.1.	A natureza tributária	51
4.6.2.	O conceito de contribuições para fiscais ou especiais	51
4.6.3.	Estudo das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	51
4.6.3.1.	Contribuição-anuidade	51
4.6.3.2.	Contribuição sindical	52

4.6.4.	Estudo das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	52
4.6.4.1.	CIDE-Combustíveis	53
4.6.4.2.	CIDE-Remessas	53
4.6.5.	Estudo das contribuições sociais.....	53
4.6.5.1.	“As contribuições sociais gerais” (terminologia adotada pelo STF).....	53
4.6.5.2.	“As contribuições de seguridade social” (terminologia adotada pelo STF).....	54
4.6.5.3.	“As outras contribuições sociais” (terminologia adotada pelo STF)	55
4.6.5.4.	Estudo complementar das contribuições.....	56
4.6.5.5.	O Simples federal e o Simples nacional	56
4.7.	Repartição tributária das receitas.....	58
4.8.	A Emenda Constitucional n.º 93/2016 e as desvinculações de receita tributária.....	62
()	CAPÍTULO 5 – Fontes do Direito Tributário	75
5.1.	Fontes formais do Direito Tributário.....	76
5.1.1.	Fontes formais primárias do Direito Tributário.....	76
5.1.1.1.	Constituição	76
5.1.1.2.	Emenda à Constituição.....	77
5.1.1.3.	Lei complementar	77
5.1.1.4.	Lei ordinária	78
5.1.1.5.	Decreto.....	78
5.1.1.6.	Lei delegada	78
5.1.1.7.	Medida provisória.....	78
5.1.1.8.	Decreto legislativo	79
5.1.1.9.	Resolução	79
5.1.1.10.	Tratados e convenções internacionais.....	79
5.1.2.	Fontes formais secundárias do Direito Tributário	80
5.1.2.1.	Atos normativos.....	80
5.1.2.2.	Decisões com eficácia normativa.....	80
5.1.2.3.	Costumes	81
5.1.2.4.	Convênios	81

5.1.2.5.	Parágrafo único do art. 100 do CTN.....	81
5.1.2.6.	Doutrina e jurisprudência	81
()	CAPÍTULO 6 – Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária.....	87
6.1.	Vigência da legislação tributária	89
6.1.1.	Vigência da legislação tributária no tempo.....	89
6.1.1.1.	A vigência e o princípio da anterioridade tributária.....	89
6.1.2.	Vigência da legislação tributária no espaço	90
6.2.	Aplicação da legislação tributária	91
6.2.1.	A aplicação da nova lei tributária aos fatos pendentes.....	91
6.2.1.1.	A análise do IR e o fato gerador complexo à luz do princípio da irretroatividade.....	91
6.2.2.	A retroatividade da lei tributária.....	91
6.3.	Interpretação da legislação tributária	92
6.3.1.	Utilização de princípios gerais do direito privado	93
6.3.2.	Interpretação literal.....	93
6.3.3.	Interpretação benigna.....	93
6.4.	Interpretação da legislação tributária	94
6.4.1.	Analogia.....	94
6.4.2.	Princípios gerais de Direito Tributário.....	94
6.4.3.	Princípios gerais de Direito Público	94
6.4.4.	Equidade.....	95
()	CAPÍTULO 7 – Relação Jurídico-Tributária: a “Linha do Tempo”	101
7.1.	Relação jurídico-tributária.....	102
7.2.	A hipótese de incidência	103
7.3.	O fato gerador.....	103
7.4.	Obrigação tributária	104
7.4.1.	Sujeito ativo.....	104
7.4.2.	Sujeito passivo.....	105
7.4.3.	Objeto	106
7.4.4.	Causa.....	106
7.5.	Domicílio tributário.....	107

()	CAPÍTULO 8 – Responsabilidade Tributária	113
8.1.	Definição	114
8.2.	Tipos de responsabilidade tributária.....	115
8.2.1.	Responsabilidade por substituição.....	115
8.2.1.1.	Substituição para trás ou regressiva	115
8.2.1.2.	Substituição para frente ou progressiva	115
8.2.2.	Responsabilidade por transferência	116
8.2.2.1.	Solidariedade tributária passiva.....	116
8.2.2.2.	Responsabilidade dos sucessores.....	116
8.2.2.3.	Responsabilidade de terceiros.....	119
8.2.2.4.	A responsabilidade “solidária” do art. 134 do CTN... ..	119
8.2.2.5.	A responsabilidade pessoal do art. 135 do CTN	121
8.2.2.6.	Responsabilidade por infrações – análise dos arts. 136 e 137 do CTN	123
8.3.	Denúncia espontânea.....	124
()	CAPÍTULO 9 – Crédito Tributário	131
9.1.	Exigência do crédito tributário.....	133
9.2.	O lançamento.....	133
9.2.1.	Lançamento misto ou “por declaração”.....	133
9.2.2.	Lançamento por homologação ou “autolançamento”	134
9.3.	A decadência.....	134
9.3.1.	A decadência no CTN	134
9.3.1.1.	A decadência e a anulação do lançamento anterior	135
9.3.1.2.	A decadência e a medida preparatória de lançamento	136
9.4.	A decadência e a lei complementar.....	136
9.4.1.	A decadência e o prazo decenal das contribuições sociais previdenciárias.....	136
9.5.	A prescrição	136
9.5.1.	A prescrição e a dívida ativa	137
9.5.2.	A prescrição e os lançamentos por homologação.....	138
9.5.3.	A interrupção da prescrição.....	138
9.5.4.	A prescrição intercorrente	139

()	CAPÍTULO 10 – Suspensão do Crédito Tributário	147
	10.1. Casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	149
	10.2. Moratória.....	149
	10.3. Depósito do montante integral.....	150
	10.4. Reclamações e recursos administrativos.....	151
	10.5. Concessão de liminar em mandado de segurança.....	151
	10.6. Liminar em ação cautelar.....	151
	10.7. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais	152
	10.8. Parcelamento.....	152
()	CAPÍTULO 11 – Causas de Exclusão do Crédito Tributário	157
	11.1. A isenção	158
	11.2. A anistia.....	159
()	CAPÍTULO 12 – Causas de Extinção do Crédito Tributário	167
	12.1. Formas de extinção do crédito tributário	169
	12.2. Pagamento.....	169
	12.2.1. Consulta tributária.....	169
	12.2.2. A restituição de pagamento indevido ou a maior e o prazo prescricional.....	170
	12.2.2.1. Limitação temporal	170
	12.2.2.2. Arguição de inconstitucionalidade nos embar- gos de divergência em REsp 644.736/PE (trânsi- to em julgado 27.09.2007)	172
	12.2.2.3. Prazo para restituir com a declaração de incons- titucionalidade	172
	12.3. Compensação.....	173
	12.4. Transação.....	173
	12.5. Remissão.....	174
	12.6. Decadência e prescrição	174
	12.7. Conversão do depósito em renda.....	174
	12.8. Pagamento antecipado e homologação do lançamento	174
	12.9. Consignação em pagamento.....	175
	12.10. Decisão administrativa irreformável.....	175
	12.11. Decisão judicial passada em julgado.....	175
	12.12. Dação em pagamento para bens imóveis	175

()	CAPÍTULO 13 – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	183
	13.1. Garantias do crédito tributário.....	184
	13.2. Preferências do crédito tributário	185
	13.3. Preferência na falência, no inventário e na liquidação.....	186
	13.4. Quitação de tributos	186
()	CAPÍTULO 14 – Administração Tributária e Disposições Finais do CTN	193
	14.1. Atribuições da administração tributária	194
	14.2. Fiscalização	195
	14.3. Dívida ativa	197
	14.4. Certidão negativa	198
	14.5. Disposições finais e transitórias do CTN	199
()	CAPÍTULO 15 – Impostos Municipais em Espécie	205
	15.1. IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.....	207
	15.1.1. Competência e sujeito ativo	207
	15.1.2. Sujeito passivo.....	207
	15.1.3. Fato gerador	208
	15.1.4. Base de cálculo.....	208
	15.1.5. Alíquotas.....	209
	15.1.6. Notas gerais	209
	15.1.6.1. Sítios de recreio	209
	15.1.6.2. Locatário e IPTU	210
	15.1.6.3. Incidência de IPTU	210
	15.2. ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	210
	15.2.1. Competência e sujeito ativo	210
	15.2.2. Sujeito passivo.....	210
	15.2.3. Fato gerador	210
	15.2.4. Base de cálculo.....	211
	15.2.5. Alíquota	211
	15.2.6. Notas gerais	212
	15.3. ITBI – Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (arts. 35 a 42 do CTN; art. 156, II, da CF)	212

15.3.1. Competência e sujeito ativo	212
15.3.2. Sujeito passivo.....	213
15.3.3. Fato gerador	213
15.3.4. Base de cálculo.....	213
15.3.5. Alíquotas.....	213
15.3.6. Notas gerais.....	214
() CAPÍTULO 16 – Impostos Estaduais em Espécie	221
16.1. ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (art. 155, II, da CF; lc 87/1996)	222
16.1.1. Competência e sujeito ativo	222
16.1.2. Sujeito passivo.....	223
16.1.3. Fato gerador	223
16.1.3.1. Circulação de mercadorias	224
16.1.3.2. Serviços de transporte interestadual e intermunicipal.....	225
16.1.3.3. Serviços de comunicação.....	225
16.1.4. Base de cálculo.....	226
16.1.5. Alíquotas.....	226
16.1.6. Notas gerais	227
16.1.6.1. Princípio constitucional impositivo (não cumulatividade)	227
16.1.6.2. A não cumulatividade em isenções e não incidências.....	227
16.1.6.3. Princípio constitucional orientador da seletividade	227
16.1.6.4. Não incidência – ICMS.....	227
16.1.6.5. Imunidade ao <i>software</i>	228
16.1.6.6. IPI na base de cálculo do ICMS.....	228
16.1.6.7. Lei complementar especial: competência.....	228
16.1.6.8. Súmula 323 do STF.....	229
16.1.6.9. O ICMS e a habilitação de celular	229
16.1.6.10. O ICMS e o Protocolo n.º 21/2011 do CONFAZ....	229

16.1.6.11. A venda de mercadoria, o faturamento e os bens imóveis	229
16.1.6.12. A forma de recolhimento do tributo e o princípio da legalidade	229
16.1.6.13. O ICMS devido no desembaraço aduaneiro	230
16.2. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (art. 155, III, da CF).....	230
16.2.1. Competência e sujeito ativo	230
16.2.2. Sujeito passivo.....	231
16.2.3. Fato gerador	231
16.2.3.1. Veículo automotor	231
16.2.3.2. Aeronaves versus IPVA	231
16.2.3.3. Elemento temporal de fato gerador.....	231
16.2.4. Base de cálculo.....	232
16.2.5. Alíquota	232
16.2.6. Notas gerais	232
16.3. ITCMD – Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer bens ou direitos (arts. 35 a 42 do CTN; art. 155, I, da CF).....	233
16.3.1. Competência tributária e sujeito ativo	233
16.3.2. Sujeito passivo.....	233
16.3.3. Fato gerador	233
16.3.3.1. Elemento espacial do fato gerador	234
16.3.3.2. Elemento temporal do fato gerador	234
16.3.4. Base de cálculo.....	234
16.3.5. Alíquotas.....	235
16.3.6. Notas gerais	235
() CAPÍTULO 17 – Impostos Federais em Espécie	243
17.1. ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (arts. 29 a 31 do CTN; art. 153, VI, da CF; Lei n.º 9.393/1996 e DEC. n.º 4.382/2002)	245
17.1.1. Competência e sujeito ativo	245
17.1.2. Sujeito passivo	245
17.1.3. Fato gerador	246

17.1.3.1.	Conceito de bem imóvel.....	246
17.1.3.2.	Conceito de zona rural.....	246
17.1.3.3.	Áreas de expansão urbana.....	247
17.1.3.4.	Elemento temporal do fato gerador.....	247
17.1.3.5.	Elemento espacial do fato gerador.....	247
17.1.4.	Base de cálculo.....	247
17.1.5.	Alíquotas.....	247
17.1.6.	Notas gerais.....	248
17.2.	IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (art. 153, V, da CF; arts. 63 a 67 do CTN e Decretos n.ºs 6.306/2007 e 6.339/2008).....	249
17.2.1.	Competência e sujeito ativo.....	249
17.2.2.	Sujeito passivo.....	249
17.2.3.	Fato gerador.....	249
17.2.4.	Base de cálculo.....	250
17.2.5.	Alíquotas.....	251
17.2.6.	Notas gerais.....	251
17.3.	II – Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (arts. 19 a 22 do CTN; art. 153, I, da CF).....	252
17.3.1.	Competência e sujeito ativo.....	252
17.3.2.	Sujeito passivo.....	252
17.3.3.	Fato gerador.....	253
17.3.4.	Base de cálculo.....	253
17.3.5.	Alíquotas.....	253
17.3.6.	Notas gerais.....	254
17.4.	IE – Imposto sobre a Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (arts. 23 a 28 do CTN c/c o art. 153, II, da CF).....	254
17.4.1.	Competência e sujeito ativo.....	254
17.4.2.	Sujeito passivo.....	255
17.4.3.	Fato gerador.....	255
17.4.4.	Base de cálculo.....	255
17.4.5.	Alíquotas.....	255
17.4.6.	Notas gerais.....	256

17.5. IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (arts. 46 a 51 do CTN e art. 153, IV, da CF)	256
17.5.1. Competência e sujeito ativo	256
17.5.2. Sujeito passivo.....	256
17.5.3. Fato gerador	257
17.5.4. Base de cálculo.....	257
17.5.5. Alíquotas.....	258
17.5.6. Notas gerais	258
17.6. IR – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (art. 153, III, da CF; arts. 43 a 45 do CTN)	260
17.6.1. Competência e sujeito ativo	260
17.6.2. Sujeito passivo.....	260
17.6.3. Fato gerador	260
17.6.3.1. Definição de renda e de proventos de qualquer natureza.....	260
17.6.4. Base de cálculo	261
17.6.4.1. Definição de patrimônio.....	261
17.6.5. Alíquotas.....	261
17.6.6. Notas gerais	262
Bibliografia.....	275